

## OS ARGUMENTOS NO DISCURSO SOBRE COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES

Cícero Severino Adelino [cicerosadelino@gmail.com](mailto:cicerosadelino@gmail.com)

*Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA)*

Me. Severino Fernando da Rocha Junior (Orientador) [prof.fernandorochajr@yahoo.com.br](mailto:prof.fernandorochajr@yahoo.com.br)

*Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA)*

### RESUMO:

Este trabalho bibliográfico tem por finalidade observar e analisar os argumentos no discurso sobre cotas raciais na universidade, visto que existem variados posicionamentos contrários e favoráveis. Ao se discutir sobre cotas raciais, não se pode deixar de relacionar essa questão ao fator histórico-social que compõe a formação da sociedade brasileira. Neste processo estão incluídas a resistência e a luta da população afrodescendente contra a escravidão e a marginalização promovida pela falta de assistência do estado. Sendo assim, se faz necessário um estudo para se compreender os motivos que permeiam esses discursos uma vez que sua compreensão é complexa e envolve fatores históricos, sociais e étnicos. Quando se trata de políticas afirmativas para os afrodescendentes até dentro dos grupos de militância negra há os que são favoráveis e os que são contrários a implementação das cotas raciais. Para alguns elas são vistas como um fator positivo, pois surgem como uma forma de reparação pelas injustiças sofridas ao longo dos séculos pela população negra; para outros é mais uma forma de discriminação uma vez que cada um deveria ingressar na universidade pelo seu próprio mérito. Para solucionar este problema buscou-se analisar os argumentos dos discursos favoráveis e contrários a implementação das cotas raciais na universidade. Tais posicionamentos ultrapassaram o âmbito acadêmico e chegaram a esfera jurídica que o Supremo Tribunal Federal avaliou a competência legal destas medidas e seu caráter constitucional. A Suprema Corte se posicionou favorável, pois, entende-se que o acesso a educação e também ao ensino superior são vistos como fatores inegáveis para a redução das desigualdades, e a educação exerce um papel transformador na sociedade possibilitando uma melhor qualidade de vida e exercício da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVES: cotas raciais, preconceito, afrodescendentes, educação.**

## PALAVRAS INICIAIS

Uma questão polêmica na atualidade são as cotas raciais. Para muitos estudiosos ligados a movimentos que lutam pela igualdade social é uma questão de justiça e, de certo modo, uma forma de reparar os danos causados aos negros, desde a colonização do Brasil. Ao longo da trajetória vivenciada pela população negra que chegou ao Brasil, foram criadas as Leis do Sexagenário, do Ventre Livre e; por fim, a Lei Aurea que libertou os escravos. Mas o estado não tratou de políticas de inserção social para que esta população pudesse ser integrada de modo a conviver com igualdade de condições com as outras etnias e classes sociais.

Durante todo o período escravocrata os negros foram submetidos há variadas formas de desrespeito e desumanidade. E após a libertação foram marginalizados e esquecidos pelo Estado. Sem que houvesse uma política de reparação que efetivamente pudesse reparar tantas injustiças.

Nesta perspectiva a educação foi e é percebida como um meio que pode ajudar na transformação de uma sociedade independente dos problemas que possua. Ela não deve ser vista como solução única e salvadora, e sim, como instrumento de melhorias que através dela possa mudar tais realidades. Possibilitando a construção de um mundo melhor. Foi pensando dessa maneira que foi criada a Lei da Cota Racial.

Por outro lado existem os argumentos dos que discordam da criação desta Lei, como César Benjamim (2002) e que também devem ser observados. Ele questiona se um favorecimento por parte do governo ao implantar cotas nas universidades para negros e pardos não está privilegiando uma minoria da população em detrimento de outra parte da população. Pois, os brancos pobres, os indígenas e outros seguimentos da população seriam excluídos destes benefícios. Os argumentos são variados tanto os favoráveis quanto os contrários e um dos mais fortes é que o governo deveria possibilitar uma educação de qualidade ao invés de ficar criando programas paliativos que não resolvem o problema do negro ingressar no ensino superior.

Diante deste quadro divergente, neste trabalho acadêmico procura-se responder as tais indagações, a saber: Se as cotas favorecem ou não o acesso da população negra ao ensino superior? Se é justo ou não este favorecimento para a população negra? Se isto irá contribuir para uma melhor qualidade de vida? Observando os discursos argumentativos

sobre as cotas raciais na universidade e buscando contribuir para a formação mais consciente e humana de futuros leitores.

## METODOLOGIA

Este é um trabalho de caráter bibliográfico motivado pela discussão sobre as cotas raciais na universidade. Este tema tem sido bastante debatido na contemporaneidade porque para uma parte dos lutam nos movimentos de militância negra é uma maneira de se reparar séculos de injustiças sociais sofridas por esta população. Mas para os que defendem a meritocracia é uma maneira que o Estado usa para inserir no Ensino Superior pessoas que não ingressariam por seus méritos. Apesar das lutas dos grupos de militâncias negras no Brasil virem desde os anos 1980, a questão ganhou mais destaque quando em 2004 a Universidade Nacional de Brasília (UnB) começou a adotar as cotas raciais. O “caso Ari”, que diz respeito ao aluno Arivaldo Lima Alves do Departamento de Antropologia que também foi o primeiro negro a entrar no Programa de Doutorado, em 20 anos de existência do respectivo programa. O estudante foi penalizado injustamente. A partir de então, grupos como: Coletivo Negro do Distrito Federal e Entorno e Enegreser se engajaram na luta pelas cotas raciais.

César Benjamim (2002) se posiciona contrário as ações afirmativas, pois, defende a ideia de que o Estado deve investir em educação básica de qualidade para diminuir as desigualdades de acesso ao Ensino Superior. Para ele a criação de cotas raciais favorece apenas as ideias de caráter segregacionistas, uma vez que elas são implantadas e financiadas por interesses estrangeiros.

Silvério e Trindad (2012) pontuam que as relações étnicas no país são complexas desde a divulgação no exterior na década de 1930, na qual se transmitia a imagem que o Brasil era “um laboratório de civilizações” e que posteriormente foi comprovado ser um equívoco. Também a definição de quem é negro se torna complexa, pois, não há negro puro, tampouco branco puro.

O preconceito racial aparece como fator histórico, Barros (2005) cita sete fatores que contribuíram de modo decisivo para a marginalização da população afrodescendente. Desde o início da escravidão até o Decreto 528 das Imigrações Europeias (1890 - 1911) avaliado como um modo de impedir, no início da fase de industrialização do Brasil, que se formasse uma classe média negra.

Todo o material de pesquisa sobre os argumentos contrários e favoráveis a respeito das cotas raciais na universidade contribuem para solucionar o problema se é

justo que a poluição afrodescendente seja beneficiada por este meio de ingresso no ensino superior.

## ARGUMENTO CONTRÁRIO ÀS COTAS RACIAIS

César Benjamim (2002) argumenta que:

Os elementos culturais e ideológicos racistas, que subsistem entre nós, não interrompem nem conseguirão interromper o processo de construção de uma sociedade mestiça, cuja unidade tem sido dada pela bela capacidade de criar e recriar uma cultura de sínteses. Mesmo assim, aqueles elementos precisam ser combatidos. Mas definir cotas será o melhor caminho? Devemos fixar o que não é fixo, separar o que não está separado? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Onde está a fronteira entre ambos? E os brancos pobres, que são muitos, como ficam?

Melhor que copiar também nisso os Estados Unidos seria, por exemplo, garantir uma escola pública universal, gratuita e de boa qualidade onde todas as crianças convivessem juntas e recebessem a mesma educação fundamental. Crianças que brincam em play-grounds, viajam em automóveis vedados e estudam em escolas particulares, altamente seletivas tendem a crescer com raiva dos diferentes. Crianças que frequentam espaços públicos e têm amigos de todas as cores dificilmente serão adultos racistas ( p.36-37).

Benjamim (2002) pontua que as divisões de raça que hoje se discutem no Brasil afloram principalmente por interesses econômicos de grupos e empresas multinacionais que querem desestabilizar a miscigenação e a unidade do povo brasileiro para poder instalar seus interesses. Ressalta também, que por trás das chamadas “ações positivas” há um forte investimento internacional.

O autor afirma que, os defensores das cotas se baseiam em estatísticas para defender seus pontos de vista, mas os números podem ser manipulados de acordo com as intenções e objetivos de quem tem interesses nos resultados, pois nos Estados Unidos da América foi realizada uma pesquisa por Charles Murray e Richard Herrnstein com mais 800 páginas que provaria que os negros eram intelectualmente inferiores. Este livro *The Bell Curve* (1994) se baseava em dados matemáticos e hereditários para sustentar a hipótese que os negros possuíam uma intelectualidade inferior às outras raças. Tais ideias geraram muitas controvérsias e continuam repercutindo. Assim, quando se tratar de dados para defender a implementação das cotas raciais há que se considerar que estatísticas podem ser manipuladas de acordo com o interesse do que se quer obter e que quando se trata de raça, no Brasil, é impossível definir com clareza quem é negro ou quem é branco. Pois, não há negro puro nem branco puro. Os que se dizem brancos são diferentes dos brancos europeus.

Para César Benjamim o que deve ser priorizado pelo Estado é uma educação de qualidade que possa atender de modo adequado a população em geral, uma vez que não são apenas os negros que precisam ser assistidos pelo governo. Políticas como as das cotas são paliativas e colaboram, principalmente, para a desestabilidade e acendem questões separatistas que, no Brasil, já deveriam ter sido superadas. O autor observa ainda, que o que há de melhor no país é a riqueza cultural dos povos que se integram de forma única. Em uma nação que esta se formando e deve escolher entre olhar para o passado, cujo fato da escravidão foi o único que diferenciou na história dos negros que chegaram, já que os imigrantes brancos pobres que chegaram não contaram com ajuda do Governo, ou se unir para a construção de um futuro que contemple a identidade coletiva.

## ARGUMENTOS HISTÓRICOS FAVORÁVEIS ÀS COTAS RACIAIS

As ações afirmativas ou cotas raciais vêm sendo planteadas desde os anos 1980 tantos por militantes de movimentos negros como por políticos brasileiros como: Abdias do Nascimento 1983. Em 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso de Melo convidou dois historiados Americanos George Reid Andrews e Ronald Walters para debaterem na conferência “Multiculturalismo e Racismo” (1996). As políticas de ações afirmativas foram iniciadas nos Estados Unidos da América (EUA), por governantes sulistas e depois implantadas nacionalmente, lá a questão racial é discutida mais abertamente. Existe uma diferenciação quanto à identidade étnica, pois a perspectiva é separatista. O que favorece mais políticas deste caráter.

Os especialistas americanos ressaltaram que essas ações produziram efeitos positivos, principalmente com a classe média americana, mas em aproximadamente duas décadas de 1970 a 1990 seus efeitos com os negros mais pobres foram poucos. O que evidencia que elas sozinhas não conseguem atingir todos os setores sociais, necessitando de um complemento que poderia ser as políticas direcionadas para os pobres negros ou brancos.

George Reid Andrews (1997), com a difusão da democracia racial no país a Organização das Nações Unidas (ONU) veio fazer um estudo para comprovar o que era difundido até os anos 1950, mas o resultado desta pesquisa verificou que não existia uma democracia racial e sim diferenças. Porém, a divulgação deste resultado foi abafada pelos militares na década de 1960. E só veio a ser conhecido, anos depois, porque os militantes dos movimentos negros começaram a protestar cada vez mais, para sua voz ser ouvida. Essa forma de silenciamento favorecia a ditadura.

A questão da discriminação racial é um fato inegável. O que surge como relativamente novo. É uma política que possa favorecer esta parte da população que antes era vista como culpada da sua própria condição. As ações das políticas afirmativas são resultados de lutas históricas de grupos que reivindicam oportunidades mais igualitárias de acesso à educação e ascensão social.

Segundo Gomes (2003), as ações afirmativas são políticas públicas ou privadas que possuem o objetivo de neutralizar os efeitos da discriminação racial, de gênero, idade, nacionalidade etc. E se fazem necessárias quando uma organização investe em recursos (dinheiro e tempo) para evitar que pessoas sofram essa diferenciação com base em seu gênero ou grupo étnico.

Após as polêmicas iniciais sobre as políticas de ações afirmativas e as cotas, se fez necessário pontuar o fato de que as ações afirmativas possuem um caráter universal e as cotas são ações específicas, porém as duas precisam estar em harmonia para que possam ter sucesso.

A luta contra a segregação e a marginalização do povo negro no Brasil é histórica. Barros (2005), cita alguns fatos importantes, tais como:

"Temos uma política de valorização das disciplinas 'Formação do Leitor' e 'Filosofia'. Na disciplina 'Cultura e Cidadania' são trabalhados os 'sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil': (1) a implantação da escravidão; (2) a Lei Complementar à Constituição de 1824 que proibia os negros de frequentarem as escolas; (3) a Lei de Terras de 1850 que permitia a destruição dos quilombos e estabelecia que as terras só podiam ser obtidas por meio de compra; (4) a Guerra do Paraguai, usada pelo poder para reduzir a população negra no Brasil, pois nela morreram cerca de 1 milhão de negros; (5) a Lei do Ventre Livre (1871), que, na prática, separava as crianças de seus pais, desestruturando a família negra; (6) a Lei do Sexagenário (1885), uma eficiente forma para jogar na rua os velhos doentes e impossibilitados de continuar gerando riquezas para os senhores de fazenda; e (7) o Decreto 528 das Imigrações Europeias (1890 - 1911) avaliado como um modo de impedir, no início da fase de industrialização do Brasil, que se formasse uma classe média negra que poderia colocar em risco o processo de embranquecimento do país. A vinda de europeus pobres teria servido para ocupar os postos de trabalho nas nascentes indústrias paulistas e, mais uma vez, marginalizar o povo negro". (p.26 .)

## CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou a observação de posicionamentos diferentes em relação à implantação das ações afirmativas, das cotas raciais. Com argumentos contrários a implantação das cotas raciais. Benjamim (2002) apresenta um pensamento baseado na meritocracia, a qual defende que cada um deve ser capaz de conquistar o ingresso no ensino superior pelos seus méritos, sem que seja necessária uma cota para ingressar, mas sim, a oferta de uma educação de qualidade oferecida pelo Governo a todos sem distinção de etnia.

Os grupos de militâncias negras e seus integrantes apresentam posições favoráveis e contrárias, baseados nas suas concepções em torno do tema. Os que são contrários defendem a posição de que as cotas por si só não resolvem o problema da desigualdade e que os estudantes precisam também de assistência após o ingresso na universidade. Os militantes que são favoráveis argumentam, baseando-se também em processos históricos e culturais, que para a ascensão da população negra, apenas a implantação e implementação de cotas não soluciona o problemas da desigualdade, mas favorece para que no futuro os afrodescendentes possam ter condições mais igualitárias. Uma vez que, os reflexos dessas políticas surtirão efeitos nas gerações futuras. E pressupõe-se que não será necessário estabelecer mais cotas raciais.

Os problemas enfrentados pela população afrodescendente são inquestionáveis. Porém, cada vez mais essa população através de suas reivindicações vem conseguindo melhorias, valorização e conquistas. A Lei nº. 10.639/03 é um claro exemplo disto. Pois foi necessário mais de cinco séculos desde a descoberta do Brasil para que a História e a Cultura Afros fossem ensinadas nas escolas. Um fato como este reforça que a ideia difundida por G. Freyre (1935) não era real. O preconceito existe e não discutir sobre ele, apenas encobre o problema.

Em meio a tantas polêmicas e discussões a respeito do mérito das cotas raciais promovidas pelo Estado, o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou favorável a estas ações afirmativas em 2012. O ministro relator Ricardo Lewandowski considerou que as cotas da UnB não se mostravam desproporcionais ou irrazoáveis, e que as mesmas

possuem o objetivo de superar distorções sociais históricas, empregando meios marcados pela proporcionalidade e pela razoabilidade.

Este artigo buscou expor, discutir e analisar argumentos sobre a implantação e implementação das cotas raciais na universidade, respeitando os posicionamentos favoráveis e os contrários. Observou-se que as cotas raciais se fazem necessárias para que os afrodescendentes possam ascender socialmente. Aliada a educação que é vista como fator indispensável nesse processo, transformará a história da etnia negra e possibilitará uma condição de acesso ao Ensino Superior mais favorável. Refletindo no exercício da cidadania para as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal**

Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.  
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=278000>.  
Acessado em: 02/11/2015.

ANDREWS, George Reid. **Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano.**

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a08.pdf>

Acessado em 03/01/2016

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Cota Racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça?** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

BENJAMIN, César. **Tortuosos Caminhos.** Revista Caros Amigos, ano VI, nº 63, jun. 2002.

<http://www.contrapontoeditora.com.br/sobre/cesarbenjamin.php>.

Acessado em 02/11/2015

FIORIN, José Luiz. **Argumentação.** São Paulo. Editora: contexto, 2015

GRIN, Monica. **Diversidade Cultural Brasileira** Rio de Janeiro.

[http://www.observa.ifcs.ufrj.br/bibliografia/artigos\\_periodicos/monica.pdf](http://www.observa.ifcs.ufrj.br/bibliografia/artigos_periodicos/monica.pdf) Acessado em 06/02/16

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. NEVES, Paulo Sérgio Da Costa e SILVA, Paula Bacellar. **A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes.** Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** 6ª edição. São Paulo. Cortez, 2013.

SILVÉRIO, Valter Roberto; TEODORO TRINIDAD, Cristina. **Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?** Educação & Sociedade, vol. 33, núm. 120, julho-septiembre, 2012, pp. 891-914 Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil. Revista virtual iniciativas sociais nº6 de junho de 2006. Vários artigos.

TAVARES, Talita Leite. João Pessoa. **Repertório discursivo sobre cotas raciais e suas implicações no tratamento de alunos cotistas,** 2011.

<http://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200709271721510>. Acessado em 05/04/16